



ATA DE JULGAMENTO DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE GETESI – GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA E JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE BBL NE LTDA, APRESENTADOS EM ATENÇÃO À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2.017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 748/2.017.

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às **10h00min** reuniram-se na Sede Administrativa do SAAE, na Avenida Joaquim Carlos – nº 1539 – Vila São José, na cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, a Comissão Permanente de Licitações (Copel), designada pelo Diretor Geral Interino, Sr. Leonardo Selingardi, através da Portaria nº 01/2.018, de 02 de Janeiro do ano de 2.018, tendo como **PRESIDENTE DA COPEL** a Srta. Jeice Aparecida Rossi e membros a Sra. Quetura Lima S. Scarmanhã (**MEMBRO PERMANENTE DA COPEL**), Srta. Brenda Ramalho de Moraes (**MEMBRO PERMANENTE DA COPEL**) e o Sr. José Moretti Neto (**MEMBRO TÉCNICO**), para julgamento do recurso apresentado pela licitante **GETESI – GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA** e julgamento da impugnação ao recurso, apresentado pela licitante **BBL NE LTDA**, em atenção ao referido Edital, que tem como objeto Contratação de empresa para implantação do projeto de combate as perdas de água, com pesquisa de vazamentos não visíveis, fornecimento e instalação de macromedidores de vazão e nível e sistema de monitoramento via telemetria no sistema de abastecimento de água no município de Pedreira-SP. A licitante **GETESI – GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA** protocolou no **dia 20/12/2017**, Recurso Administrativo contra a decisão da comissão, pedindo para que a Comissão reconsiderasse o julgamento feito na Ata de Julgamento dos envelopes de nº 01 - documentações do **dia 30/11/2.017**, habilitando-a no certame, onde a referida empresa alegou que não existe fundamento suficiente para sua inabilitação, que a comissão estaria ferindo o princípio da proposta mais vantajosa e da isonomia, alegando também que a declaração exigida torna-se desnecessária, um vez que fica comprovado facilmente se observado os respectivos atestados apresentados e documentos complementares, alegando ainda que não se pode inabilitar e, portanto, eliminar do certame uma empresa que deixou de detalhar o aparelhamento, pois havendo demanda e necessidade a empresa deverá comprar, alugar ou promover outra forma qualquer para atender o objeto da licitação em questão, citando ainda o parecer contido no relatório técnico em relação a empresa THESIS, onde transcreve que "...entendo que a empresa cumpriu o edital em apresentar a declaração, e ao entendimento que a empresa pode adquirir este equipamento como compra, aluguel ou outra forma que não irá afetar o objeto desta licitação, que será fiscalizado por técnicos do SAAE, e também por técnicos da CETESB, que é agente técnico deste projeto".

Aberto o prazo para as outras licitantes impugnarem tais recursos, tempestivamente, no **dia 29/12/2017**, a licitante **BBL NE LTDA** protocolou



impugnação contra o recurso interposto pela licitante **GETESI - GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, pedindo para que fosse mantida a INABILITAÇÃO da licitante **GETESI - GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA** e declarou em sua impugnação que o Edital é claro e objetivo quanto a exigência da apresentação da declaração de indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico das Licitantes, que estão explícitos no Edital no item d.5.1 e amparado pela Lei 8.666 no parágrafo 6º do Artigo 30 que permite tal exigência, onde não permite dúvidas que a recorrente não atendeu a íntegra da determinação posta no edital e por isso foi adequadamente excluída do certame, citando também que "é evidente que os atestados e acervos técnicos, permitem apenas a comprovação da experiência profissional de seu responsável técnico no tocante ao objeto da licitação", pedindo que seja julgado improcedente o recurso interposto pela empresa **GETESI - GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, mantendo-a inabilitada.

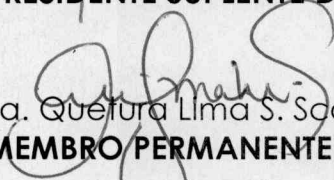
Após encerrado o prazo para recursos e impugnações aos recursos, foi solicitado por esta Comissão um parecer jurídico em relação aos fatos acima expostos, onde após análise, a Divisão de Assuntos Jurídicos se manifestou e concluiu que uma vez que a licitante sentiu que o instrumento editalício estaria exigindo uma cláusula que era totalmente dispensável, deveria realizar tal questionamento/impugnação oportunamente antes da sessão de abertura e julgamento dos envelopes, porém não foi essa conduta realizada. Esclarece ainda que a exigência editalícia contida no item 3.3.d.5. deste certame é perfeitamente legal, pois é um meio da Administração verificar se a licitante possui condições estruturais, tanto de equipamento como de corpo técnico, para atingir a finalidade esperada e evitar que o interesse público seja prejudicado. Quanto ao questionamento em relação à Administração estar lesando o princípio da isonomia, julgá-la habilitada sim caracterizaria uma forma de não observar tal princípio, pois se tal exigência é legal e consta no edital, todas as participantes devem obrigatoriamente apresentar esses documentos. Quanto ao argumento equivocado em alegar que o princípio da proposta mais vantajosa não estaria sendo observado, tal princípio não foi lesado, uma vez que a proposta precisa ser mais vantajosa e cumprir todos os requisitos legais exigidos em edital, e "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada", conforme Artigo 41, caput, da Lei 8.666/93. Na situação em análise, se aceito, afetaria claramente a igualdade de condições entre os participantes. Diante de todo o exposto, a Divisão de Assuntos Jurídicos recomendou pela improcedência do recurso administrativo interposto, pela procedência das contrarrazões apresentadas e assim consequentemente manter a inabilitação da empresa **GETESI - GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**.

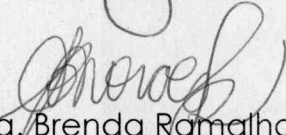
A Comissão, embasada no parecer jurídico anexo ao Processo Licitatório em epígrafe, acolhe os fatos alegados na impugnação ao recurso, apresentado pela licitante **BBL NE LTDA e CONHECE** o recurso interposto pela licitante **GETESI – GERENCIAMENTO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA**, porém **NEGA-LHE** provimento, continuando com a decisão anterior, mantendo a referida licitante **INABILITADA** no certame, uma vez que foi inabilitada por deixar de apresentar a declaração exigida no item 3.3. subitem d.5, da qualificação técnica da Concorrência Pública (Comprovação da empresa para desempenho de atividade pertinente, compatível ou similar em características, com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos).

Tendo em vista que não mudamos nosso julgamento, o recurso interposto será encaminhado ao Sr. Diretor Geral, em consonância com o artigo 109, §4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Nada mais havendo o Presidente da Comissão encerrou a reunião. Para constar lavrou-se a presente Ata, a qual vai assinada por todos os membros da Copel. Pedreira (SP), 12 de Janeiro de 2.018.

A COMISSÃO


Srta. Jeice Aparecida Rossi
(PRESIDENTE SUPLENTE DA COPEL)


Sra. Querluz Lima S. Sgarmanhã
(MEMBRO PERMANENTE DA COPEL)


Srta. Brenda Ramalho de Moraes
(MEMBRO PERMANENTE DA COPEL)


Sr. José Moretti Neto
(MEMBRO TÉCNICO)